

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Hoje em Dia

Class.: Terra / Demarcação

Data: 22/04/94

Pg.: 303

Respeito aos índios (I)

ZAIRE REZENDE

As comemorações oficiais em torno do Dia do Índio sempre chamam nossa atenção para a contradição evidente que esta data apresenta. Antes da chegada dos europeus, antes da colonização e da formação do Estado brasileiro os povos indígenas ocupavam e dominavam toda esta terra. De lá para cá, desenvolveu-se um processo que transformou os povos indígenas de soberanos em dominados. Não é preciso lembrar a crueldade deste processo. Basta constatar a contradição, que talvez alcance sua melhor expressão no momento em que o Estado dominador concede aos dominados um dia do ano para serem lembrados.

Contudo, os que não nos resignamos com o presente estado de coisas, com as violências que ainda se cometem contra os povos e os indivíduos indígenas, devemos buscar algum proveito nesta data. O "Dia do Índio" deve ser uma oportunidade para ouvir dos próprios índios e daqueles que optaram por estar ao lado deles as suas propostas para transformar positivamente a realidade atual. Nunca se ouve suficientemente os índios, os trabalhadores do campo e da cidade, os idosos, as crianças, os marginalizados em geral.

Além disso, o Dia do Índio deve também ser a ocasião para corrigir algumas distorções que costumeiramente envolvem as discussões sobre os povos indígenas. E por último, deve igualmente ser o momento para renovar o compromisso de apoiar a luta dos próprios povos indígenas.

Sabem todos que neste momento, no Congresso Nacional, debate-se o modo de encerrar a revisão da Constituição brasileira. Posso falar com o conforto de quem sempre se opôs à revisão constitucional: entendi, desde o início, que na conjuntura atual do Legislativo a revisão poria em risco os direitos sociais arduamente conquistados no processo constituinte de 1987/88. Entre os pontos que se identificavam como alvos para a reação conservadora, estavam os dispositivos da Constituição que tratam dos direitos indígenas. Quando a revisão começou, nossos temores foram confirmados. A grande maioria das propostas revisionais incidentes sobre tais dispositivos visavam de algum modo, suprimir ou restringir os direitos indígenas.

Os argumentos destas propostas repetem um discurso muito comum no Legislativo, que é também amplificado pelos meios de comunicação: que os índios possuem terras demais. Felizmente, a revisão não deverá alcançar os preceitos sobre os direitos indígenas. Mesmo assim, esta distorção sobre as terras dos índios continua a nos desafiar. É preciso dar uma resposta cabal a este falso raciocínio.

Os adversários dos povos

indígenas gostam de comparar as terras indígenas com o tamanho de alguns países europeus. Gostam de calcular quantos hectares de terra cabem a cada indivíduo índio. Queixam-se da percentagem territorial subtraída dos Estados-membros. Acusam a União Federal de tentar contra o princípio federativo ao demarcar terras indígenas nos Estados. Profetizam a inviabilização, sobretudo econômica, dos Estados onde se localizam as terras indígenas mais significativas. Enfim, passa-se a idéia de que no final do século XX o futuro do Brasil é ameaçado pelos povos indígenas e pelas organizações não-governamentais, todos elementos de um complô de origem estrangeira que visa a impedir o desenvolvimento do nosso País.

Comecemos por afirmar categoricamente que o fato de terras indígenas serem maiores que alguns países não significa absolutamente nada em si mesmo. Poderíamos reunir alguns dos maiores latifúndios deste País e certamente eles também seriam muito maiores que vários países, com o agravante de que os latifúndios pertencem cada um a apenas um proprietário. Que importa, afinal, se a terra Yanomami é maior que a Bélgica? Ao raciocinar com tais comparações como se elas pudessem demonstrar que os índios têm muita terra, está-se permitindo que os japoneses façam o mesmo a respeito de todo o Brasil. Os japoneses podem afirmar que num país que é vinte e duas vezes e meia maior que o Japão vive uma população apenas um pouco maior que a deles. Os números indicadores da densidade demográfica falam mais alto: a cada quilômetro quadrado do Japão correspondem 328 habitantes; no Brasil, a relação é de somente 18 habitantes por quilômetro quadrado. Estaremos dispostos a concordar que os brasileiros têm terra demais?

Por outro lado, demarcadas todas as terras indígenas algo em torno de 10% do território do Brasil no que sobra da superfície do País cabem muitos e muitos outros países. Afirmar-se porém que o problema é que as terras indígenas reduzem a área disponível para, digamos, a reforma agrária. Vamos então dar uma olhada em como são usadas as terras agricultáveis. Segundo as Estatísticas Cadastrais do INCRA, de 1992, a área aproveitável não explorada alcança 40,86% do total das áreas aproveitáveis. Isto equivale a 185 milhões de hectares, o que é muito mais do que o total estimado da superfície de todas as terras indígenas. Nos Estados do Norte este dado é ainda pior. Em Roraima, a área não explorada constitui 70,11% do total das terras aproveitáveis; no Pará, a cifra é de 61,74%, no Amazonas, 75,3% das terras aproveitáveis estão sem exploração, e em Tocantins metade da área aproveitável está ociosa.

Zaire Rezende é deputado federal, é vice-líder da bancada do PMDB na Câmara e presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias